



## **Extensão universitária e desenvolvimento local – o diálogo entre a UFRPE e as comunidades circunvizinhas<sup>1</sup>**

Renata Sá Carneiro Leão<sup>2</sup>

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida<sup>3</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é promover reflexão acerca da extensão universitária como vetor do desenvolvimento local, por meio dos processos dialógicos e participativos da comunicação. Ele se insere numa pesquisa maior – *As representações sociais das comunidades Córrego da Fortuna, Sítio dos Pintos e Sítio São Braz sobre as políticas de extensão da UFRPE para o desenvolvimento local* –, que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE). Trazemos, no presente estudo, discussão sobre a comunicação na universidade contemporânea, a extensão universitária e sua ligação com o desenvolvimento local.

### **Palavras-chave**

Extensão; universidade; comunicação; desenvolvimento local.

Prestes a completar cem anos – em novembro de 2012 –, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), passa por processo de reconhecimento num cenário bem distinto do que se encontrava em 1938, quando se instalou no bairro recifense de Dois Irmãos. Se, naquela época, era rodeada apenas pela vasta Mata Atlântica, onde começou a abrigar funcionários da área agropecuária em seus roçados particulares, hoje a instituição é cercada por comunidades formadas por cerca de 6 mil moradores, que

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Espaço e Cidadania – GT07, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: renatascleao@gmail.com

<sup>3</sup> Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Orientadora desta pesquisa. E-mail: ataide@hotlink.com.br



além de ocuparem parte do território universitário, veem a UFRPE como principal atrativo local.

Esse laço de proximidade, que permeou a gênese das comunidades Córrego da Fortuna, Sítio dos Pintos e Sítio São Braz, no entanto parece ter se desatado com o tempo, uma vez que a universidade mantém diálogo restrito com seu entorno. A fim de analisar como e por que a UFRPE participa de forma insuficiente do cotidiano das três comunidades – carentes de projeto amplo que impulse o desenvolvimento local –, propusemos, numa pesquisa maior – dentro do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, adentrar na história dessas comunidades e na sua relação com a Universidade Rural, por meio das políticas de extensão universitária.

Nosso objetivo, neste artigo, portanto, é refletir, por meio de uma abordagem interdisciplinar da comunicação, sobre as políticas de extensão universitária da UFRPE, na perspectiva do desenvolvimento local, para as comunidades circunvizinhas ao campus. Dessa forma, pretendemos explorar o conceito de extensão universitária como vetor para a promoção do desenvolvimento local, com foco na comunicação.

A metodologia utilizada para a pesquisa central é essencialmente qualitativa, por trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p.22). Segundo o autor, tal método permite a correspondência, num sentido amplo, “a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (IDEM).

No presente momento, trazemos revisão literária, que embasará nossa reflexão para o desenvolvimento da análise macro, que inclui pesquisa exploratória, entrevistas semiestruturadas, observações diretas de campo e também história oral. Trabalhamos o conceito de espaço na linha teórica de Certeau (2009, p.184), uma vez que entendemos que a produção desses novos espaços representam “o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidades contratuais”.

### **Universidade, comunicação e extensão**

As políticas de extensão podem ser vistas como o cordão umbilical da comunicação entre a universidade e a sociedade, pois se configuram numa via de mão dupla oficial entre as partes, que interagem em projetos voltados a melhorias ou



assistência locais. Contudo, esse rico canal dialógico nem sempre permanece *gigante pela própria natureza*, por necessitar, antes de tudo, de planejamento e ações que viabilizem as políticas de extensão dentro da universidade.

Para Kunsch (1992), a universidade é um centro de produção sistematizada de conhecimento e, portanto, tem a necessidade e o dever de canalizar seus potenciais para prestar serviços à comunidade. Dessa forma, essa via de diálogo aberta com a sociedade é, segundo a autora, uma forma de a universidade revigorar programas de cunho cultural e científico, permitindo ainda a irradiação, junto à opinião pública, a pesquisas, debates, e avanços em ciência e tecnologia.

Para a autora, apesar do importante papel que desempenha na construção da sociedade, a universidade não deve se colocar acima do bem e do mal, isolar-se do mundo, mas “atuar de forma que seu ensino, sua pesquisa e seus serviços de extensão atendam às exigências dos novos tempos, sob a perspectiva de um enfrentamento dos problemas da estrutura socioeconômica vigente” (KUNSCH, 1992, p.23).

A universidade não só tem o dever, como também a responsabilidade de reproduzir sua pesquisa amplamente à toda a sociedade, de maneira que a instituição torne o saber democrático. Ou seja, a atitude de manter a produção científica e as descobertas do ensino presas em prateleiras e arquivos restritos à comunidade acadêmica não se harmoniza com as políticas de extensão, que são justamente a ponte para o diálogo da universidade com a sociedade externa.

A comunicação com quem está além dos muros do campus, portanto, surge como processo indispensável para o desenvolvimento de políticas estratégicas de extensão. “Um serviço de comunicação é o melhor caminho para a abertura de novos canais de diálogos e democracia, dentro e fora da universidade.” (KUNSCH, 1992, p.27).

Nesse sentido, as funções básicas da universidade contemporânea, por si sós, impedem a instituição de se isolar do mundo, especialmente num mundo tão cheio de possibilidades com poucas certezas. Ensino, pesquisa e atividades de extensão devem estar atentos às exigências dos novos tempos, numa ótica de enfrentamento dos problemas da estrutura social e econômica contemporâneas. Faz-se, portanto, imprescindível que a universidade seja configurada como um lugar de difusão do conhecimento científico-acadêmico. Nessa ótica, como qualquer organização, a universidade necessita estar em sintonia com seus públicos, inclusive o externo.



A universidade, como centro da produção sistematizada de conhecimentos, necessita canalizar suas potencialidades no sentido da prestação de serviços à comunidade, revigorando os seus programas de natureza cultural e científica e procurando irradiar junto à opinião pública a pesquisa, os debates, as discussões e os progressos que gera nas áreas de ciências, tecnologia, letras, artes etc. Isto só é possível mediante a comunicação, que viabiliza o relacionamento entre a universidade e seus diversos públicos. (KUNSCH, 1992, p.10)

Esses novos cenários e configurações no ambiente global exigem novas posturas das organizações contemporâneas, especialmente quanto à necessidade de planejamento mais amplo e apurado de sua comunicação e relacionamento com seus diversos públicos, com a opinião pública e a sociedade em geral. No processo atual da globalização, afirma Mattellart (1994), as organizações, exercem papel de grande significação. Segundo o autor:

não somente a empresa se converteu em um ator social de pleno direito, exprimindo-se cada vez mais em público e agindo politicamente sobre o conjunto dos problemas da sociedade, mas, também, suas regras de funcionamento, sua escala de valores e suas maneiras de comunicar foram, progressivamente, impregnando todo o corpo social. A lógica gerencial instituiu-se como norma de gestão das relações sociais. Estado, coletividades territoriais e associações foram penetrados pelos esquemas de comunicação já experimentados por esse protagonista do mercado. A carteira das ofertas de serviços de comunicação profissional enriqueceu-se com novos clientes e novas competências. E a própria definição de comunicação ganhou um novo segmento de problemáticas. (MATTELLART, 1994, p.246-247, apud KUNSCH, 2006, p.127).

Observa-se, portanto, a importância do papel da comunicação no perfil das organizações contemporâneas – mesmo as públicas –, no qual podemos incluir a universidade, em toda a sua complexidade. Dentro desse contexto, torna-se cada vez mais imprescindível uma comunicação orgânica, viva e permanente, baseada numa política de integralidade, que leve em conta todas as esferas comunicativas da organização. Pensar a comunicação apenas na ótica do marketing, por exemplo, já não é mais suficiente para enfrentar os desafios do atual cenário. “Terão que se valer de serviços integrados nessa área, pautando-se por políticas que privilegiem o estabelecimento de canais efetivos de diálogos com os segmentos a elas vinculados e,



principalmente, a abertura das fontes e à transparência de suas ações.” (KUNSCH, 2006, p. 129).

Tanto pelas dimensões da instituição quanto pelo alto nível de responsabilidade perante o público externo que requer, a Universidade Federal Rural de Pernambuco necessita de forte interação com seus atores externos. Com mais de 900 professores, quase mil técnicos e mais de 12 mil estudantes (UFRPE, 2009), a comunicação da Universidade se divide em esferas distintas de sujeitos, mas não contempla efetivamente os moradores das comunidades circunvizinhas. Isso porque, entre outras questões, existem diversas lacunas na comunicação entre esses sujeitos, que possuem, cada um a seu modo, fundamental importância no desempenho das funções peculiares e da construção de objetivos que são comuns à Instituição.

Ao se propor reflexão acerca da comunicação da Universidade Rural, é importante, primeiro, conhecer a missão, a visão, os valores e objetivos da Universidade (UFRPE, 2009):

**Missão** - *“Ser uma Instituição de excelência no desenvolvimento de pessoas, voltada para a busca do conhecimento científico e para a inovação tecnológica, atendendo aos anseios da sociedade.”*

**Visão** - *“Desenvolver políticas educacionais, visando o crescimento do conhecimento científico e tecnológico em diversas áreas e proporcionar através da responsabilidade social o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo”.*

**Valores** - *“Investir na formação acadêmica interdisciplinar dos discentes, estimular a busca do conhecimento científico e da inovação tecnológica, defender a continuidade de ensino público socializado, e estar voltada para atividades ligadas à interiorização do Nordeste brasileiro, através dos processos da ação empreendedora, científica e de inovação tecnológica”.*

#### **Diretrizes Gerais**

*\_ Otimizar o processo de formação de recursos humanos com base em critérios de eficiência e eficácia, para a constante melhoria de qualidade de ensino na Universidade;*

*\_ Valorizar as pesquisas básicas e aplicadas, voltadas para a solução de problemas regionais e ampliação da pesquisa a todos os Departamentos;*

*\_ Intensificar o processo de interação da Universidade com a comunidade;*

*\_ Dar ênfase da Extensão na ação participativa;*

*\_ Possibilitar efetiva integração da Universidade na região;*

*\_ Implementar um sistema de planejamento, coordenação, controle e avaliação, objetivando o seu aprimoramento.*



### **Objetivos Institucionais**

- \_ Capacitar recursos Humanos, em nível de graduação, nas diferentes áreas de conhecimento aptos para inserção em setores profissionais e para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;*
- \_ Desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura;*
- \_ Promover cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu e Lato Sensu, que atendam as exigências do mercado de trabalho;*
- \_ Promover a extensão visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, integrando-se nas soluções dos problemas estaduais, regionais e nacionais;*
- \_ Formar e capacitar professores para o Ensino Básico e profissional nas diversas áreas de conhecimento;*
- \_ Promover cursos seqüências no campo de saber, de diferentes níveis de abrangência. (UFRPE, 2009)*

Observa-se, nas diretrizes gerais da UFRPE, a preocupação com tripé ensino-pesquisa-extensão, sendo que o último pilar não segue uma política específica dentro da universidade. De acordo com informações da Coordenação de Integração Comunitária da PRAE/UFRPE, a universidade procura atuar na promoção de desenvolvimento das comunidades de Córrego da Fortuna, Sítio dos Pintos e Sítio de São Braz principalmente por meio de projetos de educação ambiental. Um dos exemplos, de acordo com a coordenadora, Fátima Navarro, são as ações do Núcleo de Educação e Gestão de Responsabilidade Ambiental (Negra), que permite a integração de alunos das escolas do entorno com estudantes da universidade, em atividades pedagógicas e vivências. Outro projeto é o de apoio à cooperativa de catadores Cataluxo, criada e incentivada pela PRAE e que representa cerca de 25 famílias carentes do entorno. Programas de fomento à geração de renda, por meio de capacitações profissionais, também são mantidos pela pró-reitoria, como o Universidade Cidadã: aberta à Terceira Idade, que mobiliza pessoas das comunidades para a produção e a comercialização do artesanato.

Apesar dos esforços da PRAE/UFRPE em ações pontuais, no entanto, percebe-se, tanto na relação oficial de projetos de extensão da universidade quanto na fala de moradores das comunidades circunvizinhas, a ausência de uma relação dialógica que permita à instituição conhecer as reais necessidades das comunidades e consequentes intervenções. A vice-presidente da Associação de Moradores de Sítio São Braz, Fátima



Brito, que também é membro do Grupo de Mulheres do Sítio dos Pintos, critica a *fraca* presença da UFRPE nas comunidades:

A UFRPE esquece que o surgimento das nossas comunidades começou com a chegada dos próprios funcionários, que queriam morar perto do campus. Hoje não há políticas voltadas para as localidades, apenas projetos isolados. Ninguém quer nos ouvir, saber o que precisamos (ENTREVISTA<sup>4</sup>).

Outro indício da insatisfação dos moradores com a atuação da UFRPE nas comunidades são comentários dos representantes da Comissão Pró-Arraial do Sítio dos Pintos, que mantêm, junto com as demais associações, o *Blog do Sítio dos Pintos* (<http://sitiiodospintos.blogspot.com>). Numa das postagens, encontra-se o seguinte conteúdo:

### QUANDO A ESMOLA É GRANDE, O SANTO DESCONFIA



Prédio da reitoria da UFRPE em Dois Irmãos, no Recife

A reitoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) prometeu realizar um plano de ações para o enfrentamento da violência no campus e no bairro de Dois Irmãos de forma integrada, com foco na prevenção e respeito aos cidadãos. Além de promover uma articulação entre toda população acadêmica e as comunidades de Sítio dos Pintos, Córrego da Fortuna e Sítio São Braz em todas as atividades. A UFRPE também convocou os representantes dos grupos, associações e outras entidades para solicitar sugestões, ficando essas mobilizações, plano de ações e projetos, só na promessa e no papel. Fica o espaço aberto para universidade se pronunciar. (BLOG DO SÍTIO DOS PINTOS<sup>5</sup>)

<sup>4</sup> Trecho da entrevista concedida à pesquisadora, em 3 de maio de 2011, por Fátima Brito, 52 anos, que é servidora da UFRPE e mora em Sítio São Braz há 48 anos.

<sup>5</sup> Texto postado no dia 13 de janeiro de 2011. Acesso em 20 de fevereiro de 2011.



Em concordância com o atual cenário epistemológico da ciência da comunicação, principalmente entre as escolas da América Latina, faz-se essencial contemplar atores importantes, e muitas vezes relegados à condição de coadjuvante, na comunicação: os receptores. Para justificar a relevância de tornar essa opção explícita, Beltrán (1981) afirma que, dentro da esfera operacional, os conceitos estabelecidos – a partir das teorias funcionalistas da comunicação, que priorizavam os emissores, os discursos e os efeitos – ainda predominam. Segundo o autor, o treinamento em comunicação ainda parece basear-se na noção de transmissão. “Na pesquisa, muitos [...] observam que grande parte dos estudos realizados ainda consideram a comunicação um fenômeno estático, enquanto que a comunidade acadêmica se volta para a ideia de processo” (BELTRÁN, 1981, p.14).

Justamente no fim da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, como reflexo dos estudos culturais ingleses, teóricos da comunicação passaram a vislumbrar o antes subestimado receptor. Não que esse ente da comunicação tenha passado ao papel de protagonista, em detrimento dos demais elementos como fonte, meios e mensagens. Contudo os estudos voltaram-se para o papel fundamental do receptor, não como balde vazio para depósito de informações, e sim como sujeito expressivo que apreende, mas também usa, interage e reprocessa as mensagens, dentro dos mais diversos contextos sociais. Para Beltrán (1981), aquelas teriam sido as primeiras rupturas com as noções de persuasão e alienação tão comuns aos estudos sobre comunicação.

Martín-Barbero (1995) explora o conceito de recepção como não mais uma etapa no processo de comunicação, mas um lugar novo a ser explorado. O autor critica a abordagem norteamericana focada no emissor e também a análise semiótica da ideologia da mensagem. Propõe a reflexão sobre o receptor sujeito, na condição de ator social, a partir da ruptura com o modelo mecânico do estudo de comunicação, que permanece sendo hegemônico. Esse modelo, segundo Martín-Barbero, confunde os sentidos da comunicação na vida das pessoas com as mensagens dos meios de comunicação, implicando apenas previsível reação do receptor.

Afirma o autor:

Parto do princípio de que a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação. Isto significa uma pesquisa de recepção que leve à explosão do modelo mecânico, que, apesar da era eletrônica, continua sendo o modelo hegemônico dos estudos de comunicação. (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.40).

Embora ainda pouco comum nos estudos relacionados à comunicação institucional, o panorama da recepção avança na pesquisa qualitativa brasileira, por fornecer diagnósticos e análises mais aproximadas e, por que não dizer, justas das relações e mediações permeadas pela comunicação. Ao trazer a questão do nosso estudo, à luz da recepção, percebemos, na comunicação institucional, a ausência de diálogo com as comunidades que se harmonizasse com as ações de extensão.

Por extensão, entende-se, semanticamente – no contexto que interessa ao presente estudo – o ato de estender algo a alguém. Freire (1983), ao tratar dessa base conceitual, observa que o extensionista é a pessoa que estende técnicas e conhecimentos a alguém que, a princípio, não seria dotado desses bens simbólicos. Para o estudioso, um dos sentidos da palavra extensão é a “entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra *atrás do muro* àqueles que se encontram *além do muro, fora do muro*. Daí que se fale em atividades extra-muros). (FREIRE, 1983, p.12, GRIFO DO AUTOR).

Nessa busca pelas origens da expressão, recorreremos a Freire, quando afirma que:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a *outra parte do mundo*, considerada inferior, para, à sua maneira, *normalizá-la*. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu *campo associativo*, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. (FREIRE, 1983, p.13, GRIFOS DO AUTOR)

Observa-se, no conceito de extensão explorado por Freire (1983), um tom de superioridade, criticado pelo autor por suprimir o caráter educativo das ações em função de propagação de ideias de um universo cultural alheio na mentalidade *depositária* dos menos favorecidos, que receberiam mecanicamente a comunicação dos ensinamentos. Nesse sentido, o autor acredita que qualquer esforço de educação popular deve se estabelecer a partir da comunicação de um sujeito com outro em torno do significado signifiante, de modo que se possa aprofundar a tomada de consciência da realidade. Para o autor, o mundo dos seres humanos se configura essencialmente num mundo de comunicação, onde não haveria sujeitos passivos.

De acordo com Freire, “o que caracteriza a comunicação é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1983, p.45). Para completar a ideia, o



autor sugere que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p.46).

A partir dessa visão crítica da extensão, percebe-se a relação fundamental do termo com a educação e a comunicação enquanto processos dialéticos e dialógicos. Embora Freire tenha se dedicado mais especificamente à questão da extensão rural, pode-se ampliar o debate para a extensão universitária, que pode se dar em espaços e comunidades rurais ou urbanas.

O surgimento oficial da extensão no Brasil ocorre por meio do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, por ocasião do lançamento do *Estatuto da Universidade Brasileira*, lançado pelo então ministro Francisco Campos. No documento, compreende-se que:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo (BRASIL, 1931, p.09).

O Artigo 109 do Estatuto esclarece que a extensão universitária “destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931, p.17). Evidencia-se, nesses trechos do documento que origina a atuação estatal na relação entre a universidade e as comunidades externas, a visão da extensão como prática difusora de ideias da universidade para receptores carentes de conhecimento. Falta no texto referências ao diálogo, como reclamou Freire (1983), e predomina, naquele e em outros documentos estatais, o olhar da universidade como detentora e manipuladora de mensagens restritas a serem transmitidas, de forma persuasiva, às comunidades. Nota-se também, nos trechos do Estatuto, a abordagem desenvolvimentista e progressista acerca das universidades, capazes de “elevar” e “aperfeiçoar” o povo.

De acordo com Rocha (2009), tal visão é reforçada, em 1934, com a implantação da Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, da Universidade do Distrito Federal, que propunham a extensão como espaço de divulgação da produção científica e acadêmica, por meio de eventos, cursos e meios de comunicação, como rádio e cinema. Após conflitos e polêmicas que pouco modificaram a essência da extensão, a década de 1980 foi o início de processo de discussão entre as universidades brasileiras e o



Ministério da Educação sobre o conceito e as diretrizes da extensão no País. Em 1987, o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras inaugurou uma série de espaços de debate, que culminaram na conceitualização de extensão e na elaboração de orientações para a ação extensionista, gerando avanços consideráveis. (ROCHA, 2009). Um dos avanços foi a elaboração do *Plano Nacional de Extensão Universitária*, cujo conceito de extensão vigora até hoje:

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA apud NOGUEIRA, 2005, p.84).

Há esforços, no entanto, como explora Nogueira (2005), para se direcionar as ações de extensão universitária a partir de conceito mais amplo, que priorize a ideia de comunicação entre universidade e sociedade, não mais no sentido de transmissão de conhecimento, mas de interlocução. “No contato com a sociedade, o conhecimento produzido é testado e confrontado com a realidade e retorna à academia reelaborado” (NOGUEIRA, 2005, p.33).

### **Desenvolvimento local**

Ao se tratar de desenvolvimento, é necessário ponderar o que se pretende para determinado grupo ou comunidade, a partir de uma perspectiva que vislumbre as reais necessidades locais. O conceito de desenvolvimento local, explorado por diversos autores contemporâneos, aponta para o distanciamento da visão meramente econômica e positivista do desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2001), essa perspectiva local do desenvolvimento corresponde a noções como as de desenvolvimento humano, cidadania, bem-estar e qualidade de vida. Para o autor, “o desenvolvimento local é uma noção polissêmica e



necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania” (OLIVEIRA, 2001, p. 2).

Compreendido por Araújo (apud Tauk Santos e Callou, 1996, p.72) como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para populações local, mobilizando capacidades e energias endógenas”, o desenvolvimento local parece permear indiretamente alguns dos objetivos centrais da UFRPE, que, por meio das políticas de extensão, procura estabelecer contato direto com as comunidades, a fim de dialogar em torno de melhorias locais.

Na mesma linha, Buarque (2002) acredita que o desenvolvimento local parte de processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhora da qualidade de vida da população. Para o autor, as iniciativas endógenas demandam normalmente um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. “O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e governança das instituições públicas locais” (BUARQUE, 2002, p.26).

De acordo com o autor, para ser consistente e sustentável, esse modelo de desenvolvimento deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. Com relação aos recursos naturais locais, Buarque acredita que o desenvolvimento local deve assegurar sua conservação, que considera a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2002).

Ora, se a intenção da universidade, ao estabelecer políticas de extensão no seu regimento – como observado no Relatório Anual de Gestão 2009 (UFRPE, 2009) – é dar ênfase à integração com a sociedade externa e promover transformações, percebe-se o potencial universitário para impulsionar o desenvolvimento local na região que a cerca e da qual faz parte.

Já Jara (1998) propõe nova estrutura conceitual holística afastada dos modelos economicistas. Trata do desenvolvimento local sustentável como sistema capaz de resgatar a centralidade da dimensão social e de revisar a matriz antagônica implícita no modelo de crescimento linear prevalecente, hoje governado pelo valor da competitividade.

A fim de seguir o caminho da sustentabilidade pela via dos princípios da solidariedade e da preocupação com o futuro, Jara sugere a municipalização do



desenvolvimento sustentável, com a organização, a mobilização, o fortalecimento e a articulação sociais. Tais estratégias indicam investimentos na comunicação dos diversos atores sociais do âmbito local, a partir da geração de novos sistemas de informação e de redes sociais.

Embora o autor se centre numa abordagem política do desenvolvimento local, a partir de termos como *municipalização* e *gestão*, é notável sua preocupação com a mobilização dos atores, por meio da comunicação. Também aí enquadra-se a extensão universitária, e sua capacidade de gerar participação e iniciar interação efetiva entre a comunidade acadêmica e os membros da população externa, que entram e saem do campus, todos dias, seja para trabalhar ou para usufruir dos espaços, embora não encontrem canais de diálogo.

Em se tratando das relações entre comunidade e academia, a partir de políticas de extensão universitária, a perspectiva do desenvolvimento local não pode se deslocar do vislumbre da educação como fator preponderante. Se as universidades se sustentam no pilar do conhecimento, o diálogo com as comunidades, para contribuição com o desenvolvimento local, deve se dar, entre outros aspectos, a partir de projetos educacionais.

Para Dowbor (2006), a ideia de educação para o desenvolvimento local está vinculada à formação de pessoas que possam vir a participar de iniciativas transformadoras no entorno em que vivem. A educação e a informação, nesse caso, devem ser princípios indissociáveis, uma vez que contribuem para o autoconhecimento e a valorização das potencialidades endógenas. Segundo o autor, “a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la” (DOWBOR, 2006, p.1).

Dowbor defende a ideia de que a educação para a geração de desenvolvimento local seja um fator marcante principalmente dos projetos com a infância, uma vez que se pode despertar nas crianças, mais facilmente, o sentimento de pertencimento. Para o autor, as crianças podem e devem se apropriar do território onde vivem, percebendo seu papel como central nesse contexto. Ao explorar a relação não excludente, mas coerente do global com o local, Dowbor ainda pondera que a educação na perspectiva do desenvolvimento local não deve se desfazer dos princípios gerais e planetários. Para o autor, deve-se esperar “a compreensão de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local” (DOWBOR, 2006, p.3).



## Considerações finais

A extensão universitária, apesar de estar inserida em boa parte das discussões dentro das universidades e nos órgãos representativos, ainda é considerada o *patinho feio* do tripé fundamental de instituições acadêmicas: ensino-pesquisa-extensão. Com menor espaço tanto no debate quanto nas políticas institucionais, a extensão precisa ser vista em sua real essência, não com o arcaico pensamento de que representa o ato de estender conhecimento a alguém que não o possui.

Tal essência, como entendem autores como Kunsch (1992) e como o próprio Freire (1983), está intrinsecamente associada à comunicação. Embora o atual conceito de extensão universitária contido no Plano Nacional de Extensão Universitária não trade, de forma direta, do termo comunicação, nota-se a preocupação com a relação dialética e dialógica proposta inicialmente por Freire (1983), que defende a extensão como educação-comunicação-diálogo.

No caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a inclusão das comunidades circunvizinhas – Córrego da Fortuna, Sítio dos Pintos e Sítio São Braz – em ações pontuais parece não satisfazer os membros das comunidades, formadas por pessoas que transitam pelo campus diariamente, sendo algumas inclusive servidoras da instituição. O que dizem os moradores, nas entrevistas realizadas para a já mencionada pesquisa mais ampla sobre a questão, é que falta diálogo, reconhecimento das necessidades das comunidades e interação da UFRPE nesses espaços.

Uma vez que representa, na visão de autores como Buarque (2002) e Jara (1998), um conjunto de ações e projetos que mobilizam as pessoas em torno das potencialidades endógenas de uma localidade, de modo que possibilitem melhorias na qualidade de vida da população, o desenvolvimento local surge como opção para as comunidades circunvizinhas. Carentes de infraestrutura e de fomento ao desenvolvimento, as três comunidades do entorno poderiam ter na UFRPE agente mobilizador e promotor de diálogo transformador.

Neste artigo, propusemos uma reflexão sobre esse potencial da extensão universitária, como catalisadora da comunicação entre a universidade – produtora de conhecimento e instrumento de políticas públicas capazes de gerar transformação social – e a comunidade, detentora da capacidade de mobilização e participação para o efetivo desenvolvimento local.



## Referências bibliográficas

BELTRÁN, Luís Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Comunicação e sociedade**. Nº 6. Setembro/1981. Cortez Editora. Páginas 5-35.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes e TAUK SANTOS, Maria Salett. **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bargaço, 2006.

CERTEAU, Michel de et. al. **A invenção do cotidiano II – Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. São Paulo, 3 de abril de 2006.

Disponível em:

[http://dowbor.org/metadata\\_search.asp?search=desenvolvimento+local&Submit1=OK](http://dowbor.org/metadata_search.asp?search=desenvolvimento+local&Submit1=OK).

Acessado em 14 de fevereiro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 8.ed.

JARA, Carlos Julio. *Desenvolvimento sustentável e Globalização, desenvolvimento local e associativismo*. In: **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (Seplan), 1998.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. Gestão integrada da comunicação organizacional e os desafios da sociedade contemporânea. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, 6. Ed.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, Maria. C. S (Org.): **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ROCHA, Mirian Elza Finocchiaro Penteadó. **Extensão universitária: contribuições para o debate**. Sumaré Revista Acadêmica Eletrônica. Faculdade Sumaré. Ed.2. São Paulo: 2009.

UFRPE. Pró-Reitoria de Administração. **Relatório de Gestão 2009**. Recife: Editora Universitária, 2010. Disponível em: [www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br). Acesso em 10/05/2010.